

A Associação Portuguesa da Energia (APE), representante nacional no World Energy Council, que congrega entre os seus associados, transversalmente, empresas energéticas e outras entidades ligadas ao sector,

e

As Associações representantes das diversas áreas e atividades do sector energético, desejando assinalar o **Dia Mundial da Energia de 2024**, acordam na presente

## DECLARAÇÃO CONJUNTA

**Realçamos**, no presente contexto de crise climática, que a Transição Energética é um contributo indispensável para a descarbonização e, assim, essencial para alcançar os objectivos do Acordo de Paris e subsequentes COPs;

**Notamos** que a matriz energética portuguesa, ainda com uma parcela elevada de combustíveis fósseis importados, tem elevado potencial de descarbonização e de redução da dependência externa, graças ao aproveitamento dos recursos endógenos renováveis, ao desenvolvimento de medidas de economia circular, e a medidas de aumento da eficiência;

**Assinalamos** que a transição energética interessa a todos os sectores da sociedade e da economia, desde as empresas energéticas até ao consumidor final, e desde o poder político aos cidadãos, devendo ser um processo participativo e transparente;

**Observamos** que a transição energética deverá ser justa, equitativa e inclusiva para todas as partes envolvidas, tendo em consideração o problema da pobreza energética;

**Consideramos** que se deve procurar uma participação o mais transversal possível nas políticas, medidas e projectos, promovendo a informação, análise e consulta de entidades colectivas e individuais, nas formas adequadas aos respectivos níveis, funções, especializações e interesses;

**Realçamos** a necessidade de dispor de instituições públicas capazes de responder ao desafio, resilientes e dotadas dos meios financeiros, humanos e tecnológicos para responder ao desígnio"

**Recordamos** que o apoio ao desenvolvimento de novas soluções técnicas é positivo e necessário, mas não pode traduzir políticas determinísticas bloqueantes da inovação, da competição entre empresas e da criação de valor;

**Salientamos** que o novo paradigma energético, com recurso a fontes de energia renováveis, geração distribuída de electricidade, progressiva eletrificação da procura, combustíveis renováveis e de baixo carbono, novas tecnologias, digitalização, desenvolvimento e renovação de infraestruturas e novos mecanismos de mercado, coloca múltiplos desafios organizacionais, financeiros e sociais;

**Notamos** que esta complexidade implica uma visão integrada e sistémica para o planeamento e fixação de objectivos, e uma evolução gradual da matriz energética para garantir em permanência a segurança de abastecimento e a satisfação da procura;

**Sublinhamos** a importância que assumem, para o ritmo da transição energética, a clareza, a estabilidade, a proporcionalidade, a adequação e a estabilidade do quadro legal e regulamentar, bem como a transparência e a celeridade dos procedimentos administrativos;

**Enfatizamos** a necessidade de ter em conta o risco de acesso às matérias-primas críticas;

**Consideramos** necessário obstar à escassez de mão de obra qualificada, pelo reforço e replicação de iniciativas já em curso para formação, requalificação e certificação, com uma abrangência que promova a coesão social e territorial, e num grau que responda aos ambiciosos planos de crescimento da geração de electricidade de fontes renováveis e de projectos derivados;

**Realçamos** que é fundamental dispor de instrumentos de financiamento adequados para impulsionar e apoiar a transição energética, garantindo o eficiente funcionamento dos mercados de energia e a disponibilidade de recursos técnicos e humanos para a implementação de políticas, projetos e iniciativas voltadas para a sustentabilidade e a descarbonização.

**Assim, convictas de que a actividade e as opções propostas pelas subscritoras podem acrescer aos objectivos procurados,**

- **Realçamos** que a transição energética é um processo complexo, exigente e difícil, mas indispensável para os objetivos climáticos e para autonomia energética;
- **Recomendamos**, dado o impacto social dos projetos e políticas, ser necessário promover a participação dos cidadãos, mediante o fornecimento atempado de informação sobre a finalidade visada e a respectiva necessidade, identificando benefícios e também eventuais efeitos negativos decorrentes;
- **Destacamos** que, para uma transição energética justa, é importante implementar políticas que protejam os grupos mais vulneráveis;
- **Consideramos** que a transição energética tem potencialidades para desenvolver a economia nacional e diminuir a dependência externa, incrementar a competitividade e atratividade industrial;
- **Comprometemo-nos**, em cada uma das nossas áreas de actividade, a incentivar práticas que promovam a eficiência energética, a utilização responsável dos recursos e a dinamização da transição energética;
- **Disponibilizamo-nos** a participar num debate mobilizador e a trabalhar em parceria com organizações da sociedade civil e com as entidades governamentais para promover o diálogo, a educação e ações concretas, compartilhando conhecimentos e experiências que impulsionem a transição energética de forma eficaz, justa e sustentável.

